

# AL NOTÍCIAS



**Impresso Especial**

99145-7/2007-DR/SC  
ALESC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

## Legislativo busca saída para crise financeira das APAEs

Mudança de critério na distribuição de recursos federais repercute em unidades que oferecem tratamento complexo



Fábio Queiroz

Representantes da Assembleia Legislativa vão participar de uma reunião nos próximos dias com a Secretaria de Estado da Saúde e APAEs com a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para rever os critérios de redistribuição de recursos federais para as entidades que atendem deficientes. O assunto foi alvo de audiência pública, dia 23, promovida pela Comissão de Saúde. Com a criação de um valor per capita para os 13 mil alunos, unidades como a de Blumenau, por exemplo, pioneiras na prestação, tiveram cortes drásticos de recursos, colocando em risco a continuidade da assistência de especialistas.

*Páginas 4 e 5*

Representantes das APAES que prestam serviço em Santa Catarina participam de audiência pública no Auditório Antonieta de Barros

### Hospital Santo Antônio, católicos e Içara homenageados

Eduardo Guedes de Oliveira



Representantes de 30 paróquias participam de homenagem

A agenda foi de homenagens no Parlamento catarinense. No dia 18, os deputados destacaram personalidades em sessão solene realizada em Içara, no Sul do Estado. No dia 22, foi a vez de celebrar os 40 anos do Movimento de Irmãos (MI) da Igreja Católica. E no dia 23, os 150 anos do Hospital Santo Antônio, de Blumenau foram destaque em sessão especial realizada no Plenário Osni Régis.

*Páginas 3 e 4*

### Parlamento Jovem dá estímulo à cidadania em SC

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente Gelson Merisio recebe estudantes

*Caderno Especial*



## OPINIÃO

## A reforma inevitável

Nem bem os políticos e seus partidos terminam de pagar as contas de uma campanha eleitoral, outra já se avizinha, exigindo mais recursos. Mais tempo, mais gente e menos disposição para ação efetiva em prol do eleitorado. Resumidamente, este quadro perverso se deve, e muito, ao calendário eleitoral, que estabelece datas diferentes para as eleições municipais e os pleitos nacional e estadual. De dois em dois anos.

Nossa Legislação Eleitoral também é deficiente ao estabelecer a possibilidade de reeleição, de quatro em quatro anos. O ideal, na inevitável reforma política que está por vir, é o mandato de cinco anos para todos os níveis do Poder Executivo, sem direito à reeleição. A alternância no poder é um dos pilares da democracia saudável que estamos construindo, bem

como a extinção desta anomalia chamada coligação para as chapas proporcionais (candidatos a deputado e a vereador), mecanismo que abre brechas a negociatas nem sempre visíveis e enfraquece os partidos, que usam as listas de outras legendas para tentarem eleger um ou dois representantes.

O foco das lideranças políticas tem que estar voltado para o fortalecimento das legendas, envolvendo pessoas com disposição de disputar pleitos e organizar os partidos. Urge que o procedimento interno de definição de candidatos a deputado e a vereador se inverta. Em vez de o presidente do partido e os detentores de mandato saírem em busca de prováveis concorrentes às vésperas das eleições, temos que chegar ao período pré-eleitoral com as listas prontas. Com nomes for-

tes, representativos e dispostos a enfrentar o pleito.

Partidos claudicantes são presas fáceis de espertalhões e filiados economicamente mais abastados. Que os usam e, depois, jogam fora. Não é mais possível admitir, também, que alguém seja eleito por um partido e tome posse por outro, mandando tudo às favas pela simples conveniência pessoal. Por fim, defendo a coincidência dos mandatos, ou seja, eleições unificadas, de cinco em cinco anos e uma janela para os filiados deixarem o partido. Um ano antes do novo pleito o que, em síntese, obrigaria os eleitos a permanecerem por, pelo menos, quatro anos no partido pelo qual conquistaram o mandato. Sem brechas.

**Deputado Jorginho Mello (PSDB)**

## Um Semestre Intenso

Chegamos ao final do primeiro semestre e nosso trabalho continua mais intenso, uma vez que assumimos a liderança da bancada do PT.

Inicialmente debatemos a autorização para processar o vice-governador Pavan. Participamos intensamente da análise de projetos que tramitam na casa, emitindo pareceres e propondo emendas, nas Comissões e do debate em Plenário.

Atendemos e representamos vários movimentos sociais. Participamos de muitas atividades e eventos, propomos indicações e realizamos viagens pelas regiões.

O semestre foi marcado pela luta dos servidores por melhorias das condições salariais. As polêmicas e injustas medidas provisórias, apresentadas pelo governador do estado, que concederam benefícios para 1/3 dos servidores deixando a maioria de fora, justamente a aqueles que prestam serviço públi-

co nas escolas, nos hospitais ou nas delegacias. A rejeição das emendas que nossa bancada apresentou, tentando estender o benefício a todos, que, lamentavelmente, resultou na greve da saúde, que está em curso.

Derrubamos alguns vetos importantes, como o que desfalcava os recursos que inviabilizariam a implantação do pagamento por serviços ambientais aos produtores rurais que preservem as áreas de proteção ambiental. Aprovamos alterações constitucionais como a que prevê plebiscito popular para o estado promover a privatização das empresas públicas ou a emenda que estende o Complexo Intermodal para as demais regiões do estado. Apresentamos PEC que proíbe a desvinculação das receitas dos municípios ou a PSA que solicita a suspensão da cobrança ilegal das Lan House.

Promovemos importantes

Audiências Públicas, como a da Fosfateira, da Celesc, do Decreto 3.174/2010 sobre a Substituição Tributária. Também as Audiências do Orçamento Regionalizado, indo as regiões verificar como as políticas públicas do estado estão chegando e escutar as prioridades que devem constar no orçamento de 2011. Ao executivo cabe executar.

Acompanhamos o desempenho da nossa bancada federal e da senadora Ideli Salvatti, trazendo milhões de reais em recursos do governo federal para obras em nosso estado.

Estamos respirando Copa do Mundo com a bela atuação do nosso querido criciumense Maycon Sizenando. Nossa seleção tem papel importante, junto com o Governo do presidente Lula, para que possamos eleger 2010 como o ano de muitas felicidades para nós brasileiros.

**Deputado Décio Góes (PT)**

## ACIL completa 70 anos e recebe homenagem do Legislativo

Por indicação do líder do Governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), a Assembleia Legislativa realiza sessão solene em Lages, nesta sexta-feira, dia 25. A iniciativa tem por objetivo homenagear a Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL) pelos seus 70 anos de fundação.

Elizeu Mattos é autor do Projeto de Lei 48/10, aprovado pelos demais deputados, que declarou a ACIL como entidade de utilidade pública estadual. Os trabalhos desenvolvidos pela ACIL têm refletido em benefícios tanto para comunidade serrana como aos seus associados.

Comandada pelo empresário

Roberto Rogério do Amaral, a entidade conta com aproximadamente 500 associados. Dos projetos que a Associação defende, destacam-se o Parque de Inovação da Serra Catarinense (Pisc), o Orion Parque (parque tecnológico) e o Lages do Amanhã.

### Serviço

**O quê:** Sessão solene em homenagem à Associação Comercial e Industrial de Lages

**Local:** Auditório da ACIL

**Data:** 25 de junho

**Hora:** 19h

## [ AGENDA ]

• **Dia 28, 19h** - Abertura da exposição da artista Iracema Simão  
**Local: Galeria de Arte Meyer Filho**

• **Dia 28, 19h30min** - Sessão solene em homenagem à Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste) pela passagem dos 40 anos de fundação  
**Local: Clube Recreativo Chapecoense (CRC) - Chapecó**

• **Dia 29, 19h** - Sessão especial em comemoração aos 100 anos do Escotismo no Brasil  
**Local: Plenário**

• **Dia 30, 17h** - Comissão de Agricultura - Audiência pública "Sistema de Produção Integrada - Fator de sucesso na avicultura e suinocultura catarinense"  
**Local: Sala das Comissões**

• **Dia 30, 19h** - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública "Crack nos municípios da região da Foz do Rio Itajaí"  
**Local: Plenário da Câmara Municipal de Itajaí**

• **Dia 30, 19h** - Sessão especial em homenagem ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina  
**Local: Plenário**

• **Dia 1º, 8h** - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Seminário Regional do Plano Nacional de Saneamento Básico  
**Local: Auditório Antonieta de Barros**

• **Dia 1º, 19h** - Abertura da exposição fotográfica 3º Olhar e da 15ª Maratona Fotográfica de Florianópolis  
**Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho**

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)  
1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)  
2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)  
1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)  
2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)  
3º Secretário: Valmir Comin (PP)  
4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira  
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira  
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo  
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso.

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves



# Hospital Santo Antônio é homenageado

Instituição de Blumenau, que completa 150 anos em agosto, é referência no tratamento à gestação de alto risco

Fotos Solon Soares



Proposta pelo deputado Giancarlo Tomelin, sessão especial no Plenário Osni Régis destaca trajetória de lutas de hospital, criado em 1860 por Hermann Blumenau

## Alexandre José Back

A Assembleia Legislativa, por proposição do deputado Giancarlo Tomelin (PSDB), realizou no dia 22 sessão especial em homenagem à Fundação Hospitalar de Blumenau - Hospital Santo Antônio, que completará em agosto 150 anos de fundação.

Criado em 1860 por Hermann Blumenau para prestar assistência aos primeiros moradores da colônia, o Hospital Santo Antônio é atualmente referência para grande parte da população do Vale do Itajaí, principalmente no tratamento de gestações de alto risco, ortopedia de alta complexidade e atendimento materno-infantil. Mantida com apoio de verbas estaduais e

municipais, a entidade filantrópica atende a inúmeras pessoas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao longo dos anos a instituição tem desenvolvido diversos programas nas áreas materno-infantil, como o Projeto Pimpolho, Gestação de Risco, Clube de Voluntários e Gestação a Dois, o que lhe valeu em 2000 o título de Hospital Amigo da Criança, concedido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Unicef. O Santo Antônio foi também o segundo hospital do país e o primeiro em Santa Catarina a receber o selo de qualidade na alimentação PAS.

Para Tomelin, o reconhecimento ao Santo Antônio é algo merecido pela sua importância para toda a região do Alto Vale do Itajaí.

“Desde que foi fundado, o hospital tem cumprido sua missão e agora, 150 anos depois, suas obras falam por si mesmas”.

Fazendo um paralelo entre a trajetória do Santo Antônio e do município Blumenau, a deputada Ana Paula Lima (PT) destacou as dificuldades encontradas nos primeiros anos de fundação. “Por muitas vezes, na sua história, a instituição teve que se reerguer, assim como a cidade, enfrentando e superando inúmeras enchentes, com esforço redobrado”.

Um dos homenageados, João Paulo Kleinübing (DEM), prefeito de Blumenau, enfatizou que o hospital, que nasceu para prestar assistência aos imigrantes, reflete o espírito da cidade, “pois busca

na própria população local a solução para os seus problemas”. Para ele, o reconhecimento chega na hora certa, “renovando a esperança e o compromisso de inovar cada vez mais e fazer sempre mais e melhor”.

Roberto Hess de Souza, secretário de Estado da Saúde, destacou o Santo Antônio como exemplo em gestão hospitalar, estando entre os melhores do país, mesmo com dificuldades orçamentárias. “Sei que não é fácil trabalhar através do SUS. Fazer o que o hospital faz e ainda ser premiado é algo que orgulha a todos os catarinenses”.

Representando a Fundação Hospitalar de Blumenau, que administra o Santo Antônio, Luiz Carlos de Carvalho Filho afirmou

que a instituição realiza 85% de seus atendimentos pelo SUS, cuja tabela mal vem cobrindo os custos dos procedimentos médicos. “Procuramos reduzir cada vez mais a dependência das verbas públicas, mas atualmente são os convênios, doações e repasses públicos que ajudam a instituição a oferecer as várias especialidades de que dispõe e a se manter atualizada tecnologicamente”. Carvalho destacou também o esforço dos funcionários voluntários, que auxiliam no dia-a-dia do hospital. “Merecem ser lembrados e homenageados aqui também os inúmeros anônimos, que, com dedicação e boa vontade, ajudam a instituição a driblar os limites orçamentários e a falta de mão-de-obra”.



Tomelin entrega placa para representante da Fundação Hospitalar

## Confira

### Instituição homenageada:

Hospital Santo Antônio, através de Luiz Carlos Carvalho Filho, representante do presidente da fundação hospitalar de Blumenau, Álvaro Bruch

### Personalidades:

- **João Paulo Karam Kleinübing, prefeito de Blumenau;**
- Ingo Ehlert, funcionário do Hospital Santo Antônio e presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Blumenau;
- **Osionides Conte Martinez – diretor técnico do Hospital Santo Antônio;**
- Dr. Marco Antônio Gonçalves Mendes Wanrowsky – ex-diretor técnico do Hospital Santo Antônio;
- **Neilen Sackl, presidente da Associação de Senhoras de Rotarianos – Casa da Amizade de Blumenau;**
- Luizita dos Santos, funcionária do Hospital Santo Antônio desde 1972;
- **Lurdes Volpi, funcionária do Hospital Santo Antônio desde 1975;**
- Osnildo Guesser Muller, funcionário do Hospital Santo Antônio desde 1976;
- **Luiz Carlos de Carvalho Filho, representante do presidente da fundação hospitalar de Blumenau, Álvaro Bruch;**
- Silvia Maria Baungarten, Dulcemar Baungarten Buzarelo e Ronaldo Baungarten Júnior, representando Ronaldo Baungarten – in memoriam – ex-presidente da ACIB e da comissão de Modernização do Hospital Santo Antônio;



## Parlamento destaca 40 anos do Movimento de Irmãos da Igreja Católica

Eduardo Guedes de Oliveira



Requerida pelo deputado Edison Andrino, sessão reúne representantes de mais de 30 paróquias da Grande Florianópolis

Representantes de mais de 30 paróquias da região da Grande Florianópolis prestigiaram a sessão especial em homenagem aos 40 anos de existência do Movimento de Irmãos (MI) da Igreja Católica, realizada no dia 21, no Plenário Deputado Osni Régis. A proposição partiu do deputado Edison Andrino (PMDB) e reuniu autoridades religiosas como o arcebispo Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, o monsenhor Agostinho Staehelin e coordenadores do movimento, entre os quais os casais Heitor e Margarete Campos, da Coordenadoria Arquidiocesana, e Ozildo e Celina Rodrigues, do Conselho Nacional.

Edison Andrino abriu a sessão lembrando o fundador do Movimento, monsenhor Bernardo José Kraiskinski, vigário da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, localizada em Curitiba, que deu o primeiro passo, no início de 1970, para formar uma comunidade verdadeiramente cristã. A primeira Missa de Entrega do Movimento de Irmãos em Santa Catarina aconteceu no dia 16 de janeiro de 1975, na Paróquia Santíssimo Sacramento, no município

de Itajaí, celebrada pelo Padre Luiz Bertotti. Desde então, foram implantadas coordenações nos municípios de Florianópolis – que reúne mais de três mil casais – Blumenau, Tubarão e Criciúma.

Durante a sessão, hinos de louvor foram interpretados pelo Coral Vozes do MI e do Coral da Assembleia Legislativa. O arcebispo Dom Murilo Krieger agradeceu em nome dos homenageados e ressaltou o exemplo de doação dos encontristas para fortalecer o sentimento cristão, a família e a igreja.

### Os homenageados

#### Arcebispo Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger

Monsenhor Agostinho Staehelin

#### Padre Luiz João Bertotti

Padre Francisco de Assis Wloch

#### Casal Celina e Ozildo José Prazeres (Conselho Nacional)

Margarete e Heitor Campos (Coordenadoria da Arquidiocese)

#### Paróquia de São João Batista e Santa Luzia, bairro Capoeiras

Paróquia São João Evangelista, de Biguaçu

#### Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré, Palhoça

Paróquia Sagrados Corações, bairro de Barreiros, São José

#### Paróquia Nossa Senhora do Carmo, bairro Coqueiros, Florianópolis

#### Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Antônio Carlos

#### Paróquia Nossa Senhora de Desterro, Catedral de Florianópolis

Paróquia Nossa Senhora da Lapa, bairro do Ribeirão da Ilha

#### Paróquia São José e Santa Rita de Cássia, bairro Jardim Atlântico

Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, bairro Saco dos Limões,

#### Paróquia Santo Antônio e Santa Maria Gorete, bairro Colônia

Paróquia São Judas Tadeu, bairro Barreiros, São José

#### Capela Nossa Senhora Aparecida, bairro Areias de Baixo

Paróquia São Francisco de Assis, bairro Forquilha, São José

#### Paróquia Santíssimo Sacramento, Itajaí

Paróquia São João Bosco, Itajaí

#### Paróquia São João Batista, Itajaí

Paróquia São Cristóvão de Cordeiro, Itajaí

#### Paróquia de São Vicente de Paula, bairro São Vicente, Itajaí

Paróquia Nossa Senhora de Lurdes, bairro Fazenda, Itajaí

#### Paróquia Santuário Nossa Senhora de Navegantes, Navegantes

Paróquia São João Batista, São João Batista

#### Paróquia São Sebastião de Tijucas, Tijucas

Paróquia São Vigilão, Nova Trento

#### Paróquia Santana, Canelinha

Paróquia São José, São José

## Audiência discute crise das APAEs

Impasse em torno de aplicação de recursos do governo federal deixa entidades em situação de caos financeiro

Representantes de APAEs de todo o Estado lotaram o auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, no dia 23, na audiência pública da Comissão de Saúde, requerida pela deputada Ana Paula Lima (PT). O objetivo foi discutir a mudança no critério do repasse de recursos do governo federal para o financiamento das ações relacionadas às pessoas com deficiência mental e autista, através das APAEs, em Santa Catarina.

Com a adoção do critério per capita para os 13 mil alunos das APAEs, houve queda nos recursos para unidades pioneiras num atendimento mais complexo, como a de Blumenau, credenciadas junto ao SUS para receber repasse pela prestação de atendimento que inclui especialistas de várias áreas, como fisioterapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos. Além de representantes dos governos federal e estadual, também participaram os deputados Dirceu Dresch (PT), Giancarlo Tomelin (PSDB), Manoel Mota (PMDB), Darcy de Matos (DEM) e Pedro Uczaí (PT).

Segundo Ana Paula, a intenção é apurar responsabilidades e buscar soluções para o impasse em torno da aplicação de recursos que vieram do governo federal para as APAEs. "O governo federal tem repassado os recursos do SUS para que o governo do Estado possa realizar o



Proposta pela deputada Ana Paula, audiência esclarece mudança nos critérios de divisão de recursos para entidades

atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental e autismo", explicou.

A parlamentar disse também que algumas APAEs apresentaram projetos para o atendimento necessário e estavam recebendo corretamente pelos serviços prestados, mas a Secretaria de Estado da Saúde reuniu-se com a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), juntamente com os gestores municipais de saúde, para definir mudanças na aplicação das verbas federais.

"O governo do Estado resolveu criar um valor per capita para todos os 13 mil alunos atendidos pelas 98 APAEs que realizam a "série histórica", com atendimento pedagógico, psiquiátrico e fonoaudiológico, entre outros", disse Ana Paula. Por causa dessa mudança, explica a deputada, "houve redistribuição dos recursos, causando um enorme prejuízo às APAEs que estruturaram serviços através da contratação de profissionais e equipamentos". Ela cita como

exemplo o caso da APAE de Blumenau, que recebia R\$ 88 mil por mês e, com as mudanças, passou a receber somente R\$ 15 mil, prejudicando os atendimentos e colocando em risco iminente a demissão de 25 profissionais.

Marcos Aurélio Pacheco, da APAE de Blumenau, declarou que há incongruência na distribuição de recursos, além do desrespeito pelo trabalho desenvolvido. "É preciso que se respeite a série histórica de atendimentos".

### Reunião vai rever critério de distribuição de verbas

Para o vice-presidente da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência de Florianópolis, Julio César de Aguiar, é necessário encontrar alternativas para a continuidade do trabalho desenvolvido pelas 197 APAEs do Estado.

"Ficou cômodo para o governo do Estado pegar um "bolo" de R\$ 1,2 milhão destinado às 15 APAEs que foram

as pioneiras na "série histórica" e dividir por 98 APAEs que se credenciaram nesse trabalho. O Estado deveria, sim, ter buscado junto ao Ministério da Saúde o aumento de recursos para que todas as APAEs possam dar continuidade ao importante trabalho desenvolvido."

A representante do Ministério da Saúde, Marize de Faria Viana,

declarou que o governo federal faz a distribuição de recursos aos estados e municípios para que esses repassem às APAEs. "Em relação aos demais estados, essa forma de redistribuir os recursos só é feita por Santa Catarina".

Como encaminhamento, Ana Paula informou que será realizada uma reunião com representantes da

Assembleia, Secretaria de Estado da Saúde e APAEs, com a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para rever a redistribuição de recursos, e que teve a concordância do representante da Secretaria da Saúde, Arion Godói, presente ao encontro.

Depois, a intenção é buscar junto ao Ministério da Saúde mais recursos para todas as 197 APAEs do Estado.

### Uczai propõe PEC para aumentar percentual para associações

As mudanças nos critérios de repasse de recursos para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) repercutiram na sessão ordinária da tarde do dia 23.

Representantes de 51 APAEs de todo o Estado acompanharam a sessão no plenário. Na tribuna, o deputado Dirceu Dresch (PT) disse que a audiência pública realizada pela Comissão de Saúde serviu para esclarecer que não houve redução dos recursos destinados pelo governo federal para as APAEs, conforme foi comprovado por documentação enviada pelo Ministério da Saúde, em resposta a um pedido de informação feito pelo parlamentar.

Ana Paula Lima complementou explicando que 15 APAEs credenciadas junto ao Ministério da Saúde recebiam um determinado volume de recursos e que uma deliberação do Conselho Estadual de Saúde determinou a distribuição desses valores entre 98 associações, por isso houve uma diminuição drástica do montante destinado a cada unidade.

As 15 APAEs possuem um credenciamento diferenciado porque oferecem serviços e terapias complementares, tais como psiquiatria, fonoaudiologia e fisioterapia. A divisão dos recursos está ameaçando a continuidade da prestação desses serviços.

O deputado Pedro Uczai (PT) também comentou os encaminhamentos da audiência pública e cobrou dos deputados de todas as bancadas o compromisso de fazer uma emenda à Lei do Fundo Social, aumentando de 1% para 2% o valor repassado às associações, como forma de diminuir o impacto que a divisão dos recursos do Ministério da Saúde provocou. "Direito não se divide, direito se mantém e se amplia", disse.

Sílvio Dreveck (PP), por sua vez, afirmou que faltam recursos para as APAEs porque o Estado não está cumprindo os repasses mínimos

para a saúde e a educação previstos na Constituição. "De 2005 a 2008, o governo do Estado deixou de repassar R\$ 91 milhões para a Saúde. Isso está nos relatórios do Tribunal de Contas", argumentou. Já o colega de bancada Joares Ponticelli lembrou que as associações fazem o papel do Estado no atendimento às pessoas com deficiência.

Vários deputados reconheceram a importância do trabalho das APAEs e manifestaram solidariedade às instituições, entre os quais Serafim Venzon (PSDB) e as deputadas Professora Odete de Jesus (PRB) e Ada Faraco de Luca (PMDB).

## Sessão homenageia personalidades de Içara

Empresas, entidades e personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Içara, Sul do estado, foram homenageados em sessão solene, dia 18, por proposição da deputada Ada Faraco De Luca (PMDB). Participaram o prefeito em exercício José Zanolli, o prefeito licenciado Gentil Dory da Luz, o presidente da Casan, Walmor De Luca, o deputado Décio Goes (PT), secretários e vereadores do município e demais autoridades. Na ocasião também foi lançado o livro "Além da Lenda", de autoria da icarense Derlei Catarina De Luca.

Ada Faraco De Luca abriu o evento citando Içara como sua segunda terra natal. "Terra que adotei em razão do meu enlace matrimonial com o ilustre icarense Walmor Paulo De Luca e onde

foram geradas minhas filhas Fabiana e Giovana". A parlamentar lembrou ainda a participação de seu avô, ex-prefeito do município (1956/1961), Adão Caldas Faraco, que classificou como um dos grandes incentivadores da emancipação política de Içara. A deputada destacou a participação ativa de Faraco na fundação do Hospital São Donato e do Clube Caiçara, até a construção de rodovias e de escolas municipais.

O deputado Décio Goes (PT) afirmou que fez questão de representar o Parlamento de Santa Catarina para homenagear aqueles que ajudaram, participaram e construíram "essa grande cidade da região carbonífera, nesses 50 anos de sua emancipação que serão comemorados no próximo ano".



Deputada Ada Faraco De Luca, autora do pedido de homenagem

### Os destacados

#### José Zanoni

Acirton Costa

#### Gentil da Luz

Zefiro Giassi

#### Miriam F. Lima

Claudete Maria Pacheco

#### Nilton Manoel Cardoso

Tomaz Cardoso

#### Higino Giassi

Eliana, Jane e Suzana Jucoski

#### Élvio Peruchi

Virginia Cardoso

#### Arthur Zanolli

Cenely Cabreira Batista

#### Pedro Piazza

Arnoldo Escaravaco

#### Irma Mayeer Cruz

José Daltoé

#### João Carlos Garcia

Olacir Restelatto

#### Edilene Cardoso Joaquim

Eliete Modolon

#### Valmor Darós

Bonifácio Espindola

#### Paulo Brígido

Walmor José Silva

#### Ivan da Rosa

Volney Elias De Luca

#### Adilton Tramontini

Pe. Samiro Meurer

#### Edite Lodetti

Walmor De Luca

#### Bruno Dal Pont

Diego Roussenq

#### Charles Cargini

Lilian Inácio da Silva Mendes

#### Augusto da Luz

João Paulo De Luca Júnior

#### Lamir Lodetti

Emília Valvassori

#### Derlei Catarina de Luca

Professor Sandro Serafim

#### Maria Terezinha Canto Gastaldon

André Jucoski

#### Nadir Rosa dos Santos



# AL NOTÍCIAS

*Especial*



COSTRUINDO A CIDADANIA NA ESCOLA

Distribuição gratuita

## Parlamento Jovem lança sementes da cidadania

Projeto que incentiva participação política da juventude reúne sete escolas de diferentes regiões do estado

Eduardo Guedes de Oliveira



Estudantes posam para foto durante a solenidade de abertura da 10ª edição do programa, promovido pelo Parlamento através da Escola do Legislativo

### Tatiani Magalhães

A Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, realizou, nos dias 23 e 24, a 10ª edição do Parlamento Jovem. O projeto estimula a participação política da juventude proporcionando aos estudantes vivenciar situações reais da atividade político-parlamentar, a partir da elaboração, apresentação e votação de projetos em sessão plenária.

Na solenidade de abertura, realizada dia 23, no Auditório Antonieta de Barros, os alunos conheceram detalhes do programa. Na condição de presidente da Escola do Legislativo, o deputado Joares Ponticelli (PP) anunciou que nos dois dias de eventos na Casa os deputados jovens têm a oportunidade de acompanhar a rotina do Legislativo e, na prática, exercitar a lição de cidadania.

Ao dar boas-vindas, Ponticelli ressaltou a importância

da juventude para o futuro da política e da sociedade. "Sem dúvida, essa é uma grande oportunidade para as escolas participantes. Aqui vocês obtêm uma bagagem enorme sobre a vida política e suas condutas e, futuramente, poderão ocupar um cargo eletivo, no Parlamento", revelou.

A 10ª edição reuniu estudantes de sete escolas de diferentes regiões do estado. Nesta edição, participaram alunos da Escola Básica Adelaide Konder, de Navegantes, Vale do Itajaí; Colégio Cenecista Marcos Olsen, de Caçador, no Meio Oeste; Colégio Evangélico Jaraguá, de Jaraguá do Sul, região Nordeste; Escola de Educação Básica de Lages, Planalto Serrano; Escola de Educação Básica Cristo Rei, de São João do Oeste, região Oeste; Escola Educação Básica Irmã Maria Felicitas, de Canoinhas, no Planalto Norte, e Escola Estadual Básica João Teixeira Nunes, Tubarão, região Sul.

### Palestras defendem ética e transparência

Três palestras relacionadas à juventude na política foram ministradas, dia 23, por especialistas na área. Durante a manhã, o filósofo e professor da Escola do Legislativo de Minas Gerais, Luiz Carlos Moreira de Carvalho, abordou o tema "O papel da juventude na construção da cidadania", dando ênfase à importância da ética. "A ética está acima de tudo, com essa prática conseguimos exercer nossos compromissos de forma transparente", frisou.

No período da tarde, Humberto Dantas, doutor em Ciência Política e coordenador de cursos de formação política da Assembleia Legislativa de São Paulo, falou sobre "O que é política? A importância da participação do jovem na política". Para Humberto, a aproximação do jovem com a política é fundamental no desenvolvimento do país. "A

partir do conhecimento, o jovem fica instruído e preparado para ir às urnas depositar sua escolha de forma consciente, ajudando a eleger candidatos que vão ao encontro de seus anseios. Com essa iniciativa, nossos jovens vão buscar a diferença e contribuir para uma política transparente e positiva", mencionou.

Dando sequência às palestras, João Luiz Gattringer, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina, e formado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), falou sobre "O papel institucional do órgão de controle externo: Tribunal de Contas".

Auditor fiscal do TCE desde 1984, Gattringer explicou que o órgão é responsável por executar e guardar a lei que auxilia o Legislativo a controlar a arrecadação e

aplicação de recursos públicos. "Há 56 anos, o TCE atua em Santa Catarina", informou. Entre suas explicações sobre as obrigações do Tribunal de Contas, Gattringer citou um exemplo: "A lei de arrecadação dos gastos públicos nos municípios é feita a partir das câmaras municipais e o prefeito tem obrigação de seguir essa legislação, entre elas, a arrecadação do IPTU. Após esse procedimento, o TCE tem a obrigação de fiscalizar se a arrecadação está de acordo com a lei estabelecida," acrescentou.

O servidor informou ainda que o órgão atua com uma estrutura montada por sete conselheiros, destes é eleito o presidente, o vice e o corregedor geral. Dos sete escolhidos, três conselheiros são indicados pelo Poder Executivo e quatro pelo Poder Legislativo.



# ESCOLA DO LEGISLATIVO

## Jovens priorizam saúde, educação e segurança

Estudantes de sete escolas vivenciam prática legislativa, elaborando e votando projetos com fim social que beneficiam seus municípios e regiões

### Alexandre José Back

Educação, segurança e saúde foram os principais temas dos projetos de lei apresentados na 10ª edição do Parlamento Jovem. As matérias foram discutidas, apreciadas e votadas durante sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa. O objetivo do programa é fazer com que os deputados-estudantes vivenciem situações reais da atividade parlamentar, desde a elaboração, apresentação, discussão e votação de projetos.

O deputado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola do Legislativo, congratulou os deputados-estudantes, eleitos no dia 23 entre as sete escolas participantes, e destacando a importância do projeto. "Gostaria de incentivá-los a participar do projeto eleitoral, porque em vocês está a esperança de manutenção da democracia, desenvolvendo a consciência da importância do Legislativo, o Poder mais vigiado e, muitas vezes, criticado, mas que é certamente o mais democrático pois abriga todas as correntes de pensamento", observou o parlamentar.

Abrindo os trabalhos, o presidente da mesa passou a palavra aos parlamentares-estudantes, que se revezaram na tribuna, mostrando vídeos e apresentando as potencialidades das suas cidades de origem. No horário destinado aos partidos, cada partido-mirim falou sobre sua escola e defendeu seu projeto.

### Instrumento

Eleito presidente da Mesa, Wevertonn Gustavo Florêncio Andrade, da Escola Básica de Lages, destacou o Parlamento Jovem como um instrumento importante para a inclusão do jovem na política. "Estamos nos preparando há dois meses, com reuniões para a elaboração de projetos. Isso despertou no nosso grupo uma vontade maior de participar. Quando a gente conhece a prática política, acaba tomando gosto e quer fazer parte".

Shayla Talita Moretti, representante no Parlamento Jovem pelo Colégio Evangélico Jaraguá, de Jaraguá do Sul, classificou a experiência como "um momento ímpar para os estudantes". "As palestras e a vivência como

deputados nos proporcionaram conhecimentos novos, que de outro modo dificilmente teríamos como obter".

O colégio de Shayla apresentou projeto instituindo programa de educação ambiental para a preservação da fauna e flora no estado. "Enxergamos a necessidade de elaboração de projeto nessa área, pois observamos que a população catarinense não possui informações suficientes sobre preservação ambiental".

### Apartes

Mostrando interesse nas proposições apresentadas, muitos deputados-estudantes solicitaram apartes, pedindo informações, questionando ou sugerindo aperfeiçoamentos.

Um dos que gerou mais discussão foi o projeto de autoria da Escola Adelaide Konder, de Navegantes, que trata de segurança nas escolas. (leia abaixo)

As matérias aprovadas pelos estudantes seguem para a Comissão de Legislação Participativa, que pode transformá-las em projetos de lei que tramitarão no Parlamento catarinense.



Deputados-estudantes participam de sessão plenária, momento em que reproduzem a prática do Parlamento, apresentando, discutindo e apreciando projetos

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Exatas 218 escolas se inscreveram para o 11º Parlamento Jovem

## Sorteada a próxima edição

O sorteio das escolas para a 11ª edição do Parlamento Jovem, que terá início em junho de 2011, foi realizado durante a sessão ordinária dia 23 pelo presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), com a participação de demais parlamentares representantes de cada região.

De acordo com o parlamentar, 218 escolas da rede pública e privada de ensino se inscreveram para participar do programa, sendo que apenas oito são escolhidas para representar suas regiões. "O sorteio foi a forma mais justa que encontramos para oferecer o programa e realizar a escolha dos participantes. Porém, infelizmente, não temos como receber mais estudantes do que suporta cada edição", explicou.

### Escolas:

- Colégio de Aplicação da Unesc, Criciúma, região Sul;
- Colégio Cenequista Olavo Bilac, Caibi, Região Oeste;
- Escola de Educação Básica Anita Garibaldi, Itapema, Vale do Itajaí;
- Escola de Educação Básica Major Cipriano de Almeida, Zortéa, no Meio Oeste;
- Colégio Santa Rosa de Lima, Lages, região Serrana;
- Escola de Educação Básica Granzatto Ferraz, Jaraguá do Sul, região Nordeste;
- Escola de Educação Básica José Casário Brasil, Governador Celso Ramos, Grande Florianópolis;
- Escola de Educação Básica Colombo Machado Salles, Três Barras, Região Norte.

## Projetos Aprovados

<b>Educação</b> Requer a autorização do secretário da Educação para que a E.E.B. de Lages a utilize seu espaço físico para gerar renda própria. <b>PEC – Partido Estudantil Catarinense - E.E.B. de Lages</b>	<b>Educação</b> Indica, ao governador do Estado, que realize estudos para criar o Programa Estadual de Ensino Qualificado (PEEQ). <b>PIC – Partido das Ideias e Conhecimento - E.E.B. Cristo Rei, de São João do Oeste</b>	<b>Mercado</b> Trata da criação do Programa Escola das Profissões para esclarecer os estudantes do Ensino Médio sobre as profissões e mercado de trabalho. <b>PIC – Partido das Ideias e Conhecimento - E.E.B. Cristo Rei, de São João do Oeste</b>	<b>Meio Ambiente</b> Indica ao governador do Estado que realize estudos ambientais para viabilizar o desassoreamento e limpeza do Rio do Peixe. <b>PCMO – Partido Cenequista Marcos Olsen - Colégio C. Marcos Olsen – Caçador</b>	<b>Trânsito</b> Apela ao governo federal para que determine ao DNIT para elaborar estudos e adotar providências pela duplicação da BR-470. <b>PCMO – Partido Cenequista Marcos Olsen - Colégio C. Marcos Olsen – Caçador</b>	<b>Segurança</b> Solicita ao governador que institua o Programa Ativo de Segurança à Rede Escola (PARE), tornando obrigatório o uniforme escolar. <b>PASESC – Partido de Apoio e Segurança dos Estudantes - E.E.B. Adelaide Konder – Navegantes</b>	<b>Educação</b> Indica ao governador que determine a implantação de um campus da Udesc em Tubarão a para atender os alunos da rede pública. <b>PDE – Partido Democrático Estudantil - E.E.B. João Teixeira Nunes – Tubarão</b>	<b>Saúde</b> Autoriza o Executivo a instituir o programa Santa Catarina no Peso Ideal, que visa à prevenção e tratamento da obesidade e nas escolas públicas. <b>PPI – Partido Peso Ideal - E.E.B. Irmã Maria Felicitas – Canoinhas</b>
<b>Educação</b> Requer a mudança na denominação da instituição de ensino. De Escola Estadual Básica de Lages para Escola de Educação Básica Colégio Industrial de Lages. <b>PEC – Partido Estudantil Catarinense E.E.B. de Lages</b>	<b>Mercado</b> Solicita ao presidente da República que determine a revisão do programa Primeiro Emprego, ampliando as possibilidades dos jovens no mercado de trabalho. <b>PIC – Partido das Ideias e Conhecimento E.E.B. Cristo Rei, de São João do Oeste</b>	<b>Saúde</b> Solicita ao governador que determine a realização de estudos para viabilizar a regionalização do Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos, de Caçador. <b>PCMO – Partido Cenequista Marcos Olsen Colégio Cenequista Marcos Olsen – Caçador</b>	<b>Saúde</b> Torna obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas, e demais documentos para tratamento de saúde, digitadas, datilografadas ou escritas em letra de forma. <b>PCMO – Partido Cenequista Marcos Olsen - Colégio Cenequista Marcos Olsen – Caçador</b>	<b>Segurança</b> Solicita ao governador a criação de um Centro Integrado em cada município para atender as escolas com profissionais especializados a enfrentar violência, tráfico de drogas e ameaças. <b>PASESC – Partido de Apoio e Segurança dos Estudantes de SC E.E.B. Adelaide Konder – Navegantes</b>	<b>Homenagem</b> Felicita o prefeito e o presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí pelo aniversário de emancipação político-administrativa da cidade. <b>PASESC – Partido de Apoio e Segurança dos Estudantes de SC E.E.B. Adelaide Konder – Navegantes</b>	<b>Educação</b> Autoriza o Executivo a implantar um núcleo multidisciplinar nos municípios catarinenses com mais de 60 mil habitantes para atender escolas públicas. <b>PDE – Partido Democrático Estudantil E.E.B. João Teixeira Nunes – Tubarão</b>	<b>Meio Ambiente</b> Dispõe sobre a implementação de projeto em educação ambiental para a preservação da fauna e da flora do estado de Santa Catarina. <b>PEJ – Partido Eco Jovem Colégio Evangélico Jaraguá – Jaraguá do Sul</b>

## O parlamento

### A Mesa

**Presidente:** Wevertonn Gustavo Florêncio Andrade (Lages)

**1º Vice-presidente:** Michelle Cristina Flohr (Jaraguá do Sul)

**2º Vice-presidente:** Everton Denardi (Caçador)

**1ª Secretária:** Karine Grasel Zimmermann (São João do Oeste)

**2º Secretário:** Marlon de Andrade Bento (Navegantes)

**3º Secretário:** Elinton Correia (Canoinhas)

**4º Secretário:** Marcos Nandi (Tubarão)

### Confira a lista dos eleitos

**PEC – Partido Estudantil Catarinense**  
**Lider:** Alexandra Beppler (Lages)  
 Ana Flávia Zechini  
 Indianara Vieira  
 Jefferson Silva Fernandes  
 Juliane Diandra Padilha  
 Wevertonn Gustavo Florêncio Andrade

**PPI – Partido Peso Ideal**  
**Lider:** Rafaela Ferreira Chaves (Canoinhas)  
 Alcemir Nabir Kowal  
 Elinton Corrêa  
 Fernando Wilian Ziemann  
 Maria Isabel Graciliano de Araújo Karvat

**PDE – Partido Democrático Estudantil**  
**Lider:** Crisla Martins de Oliveira (Tubarão)  
 Daiana Leal Amorim  
 Jéssica Barbosa da Cruz  
 Maiara dos Anjos de Pieri  
 Marcos Nandi  
 Rafael de Souza Espíndola Rossetti

**PIC – Partido das Ideias e Conhecimentos**  
**Lider:** Carlize Gretzler (São João do Oeste)  
 Alice de Almeida Santana  
 Bruna Cristina Thomé  
 Guilherme Wagner

**PCMO – Partido Cenequista Marcos Olsen**  
**Lider:** João Paulo Gonçalves (Caçador)  
 Everton Denardi  
 Gabriel da Costa Leite  
 Lucas Gian Santin  
 Lucas Guilherme Pereira  
 Patrícia Vieira de Alvarenga

**PEJ – Partido Eco Jovem Reproduzindo o Som da Vida**  
**Lider:** Shayla Talita Moretti (Jaraguá do Sul)  
 Eriksson Mateus Tomaselli  
 Larissa Isabelle Jarschel  
 Michelle Cristina Flohr  
 Paulo Affonso de Freitas Melro Neto  
 Vinícius Petry de Araújo

**PASESC – Partido de Apoio e Segurança dos Estudantes de Santa Catarina**  
**Lider:** Pedro Wilson Pereira dos Santos (Navegantes)  
 Luana Inácia Ferreira  
 Marlon de Andrade Bento  
 Paula Scarlet Samuleski Uhlmann  
 Rafaella Orsini Ramos Andriano



# ESPECIAL

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira

## Galeria dos representantes do 10º Parlamento Jovem



E.E.B. Cristo Rei - São João do Oeste



Colégio Evangélico Jaraguá - Jaraguá do Sul



E.E.B. Adelaide Konder - Navegantes



E. E. B. Irmã Maria Felicitas - Canoinhas



E.E.B. de Lages - Lages



Colégio Cenecista Marcos Olsen - Caçador



E.E.B. João Teixeira Nunes - Tubarão



## COMISSÃO

# Médicos querem carreira no serviço público

Falta de profissionais habilitados no interior de SC reforça necessidade de serem criadas garantias profissionais

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Promovida pela Comissão de Saúde, audiência pública, requerida por Dado Chereim, debate situação de profissionais

## Alexandre José Back

A profissão de médico como carreira de Estado foi a solução apontada por secretários municipais, profissionais de saúde e membros de associações de classe na audiência pública convocada para discutir a falta de especialistas no serviço público do interior catarinense. A audiência foi realizada, dia 16, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, por solicitação do deputado Dado Chereim (PSDB), presidente em exercício da Comissão de Saúde do Parlamento catarinense.

Dado, que atuou seis anos como secretário de Estado da Saúde, afirmou que a falta de médicos especializados pode ser percebida em todas as regiões de Santa Catarina. "Fica difícil explicar à população que há hospitais com setores das mais diversas especialidades, mas que faltam profissionais qualificados para atendê-los", explicou. Segundo o parlamentar, os baixos salários oferecidos pelo serviço público são um dos principais entraves para o preenchimento dessas vagas.

O problema, segundo Celso Dellagiustina, presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, foi originado com a Constituição Federal de 1988, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS). Na prática, a Carta determinou a municipalização dos funcionários de saúde federais, gerando um encargo financeiro excessivo às prefeituras. "Atualmente as administrações locais não estão preparadas para receber os profissionais de que necessitam, principalmente em

atendimentos de média e alta complexidade". Além da baixa remuneração, Dellagiustina citou como agravantes a falta de um plano de cargos e salários, a inadequação da tabela do SUS, carga horária, bem como a defasagem tecnológica dos hospitais de algumas regiões catarinenses, que contribuem para que profissionais da área médica prefiram se estabelecer nas grandes cidades.

Para Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina, "tratar de saúde assusta, pois os gestores públicos só pensam no quanto precisam gastar e não no quanto poderão economizar com melhorias na assistência médica". Ele lembrou que, em recente pesquisa do Ibope, 63% dos entrevistados destacaram a saúde como a principal preocupação brasileira. Simoni afirmou ser "inaceitável" que o governo federal tenha para esse ano uma previsão de gastos de R\$ 55 bilhões para o setor, quando em 1987 já aplicava o equivalente a R\$ 60 bilhões. "Os estados estão sobrecarregados e os municípios estão com o pires na mão", desabafou.

Quanto ao número de médicos, segundo Simoni, as faculdades brasileiras têm atendido com sobras a necessidade do país. "Nos últimos 12 anos, o percentual de médicos cresceu a uma taxa superior a da população nacional, superando até mesmo o índice recomendável pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de um médico para cada mil pessoas. Aqui já contamos com um profissional para cada 600 habitantes", afirmou.

## Plano

Simoni prevê que a criação do plano de carreira de Estado trará maiores garantias profissionais para os médicos. "Atualmente, nos pequenos e médios municípios, os cargos estão muito vinculados à política do Executivo municipal. Ao término da gestão, os médicos muitas vezes se vêem ameaçados de desemprego". A medida é apoiada por Cyro Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos de SC, para quem este é "apenas o primeiro passo, mas algo viável e tecnicamente adequado, pois trará benefício imediato não apenas aos profissionais envolvidos, mas a toda a sociedade".

José Francisco Bernardes, presidente do Conselho Regional de Medicina de SC, salientou que faltam no país políticas públicas que contemplem a área da saúde, o que acaba "desestimulando e afastando os profissionais do serviço público". Ele cita como exemplos o salário da categoria, que estaria há 16 anos sem aumento real, bem como sucateamento dos equipamentos oferecidos pelo SUS. "É preciso oferecer pelo SUS a mesma tecnologia que é oferecida através dos convênios privados".

## Atuação no interior

Alternativas que possibilitem a melhor distribuição dos profissionais pelo interior catarinense são temas permanentes no Executivo, segundo Roberto Hess de Souza, secretário estadual de Saúde. Uma das iniciativas, segundo ele, foi o Projeto Catarinense de Descentralização Médica, idealizado em 2002, mas cuja implantação foi impossibilitada por questões jurídicas e financeiras. "A criação do SUS possibilitou a universalização da assistência de saúde e possibilitou a melhoria em várias áreas".

Rebatendo críticas do jornal Folha de São Paulo, de que Santa Catarina não estaria investindo os 12% do orçamento estadual referentes à área da saúde, o secretário citou que 56% destas verbas são gastas somente com a folha de pagamento, cabendo ao restante manter o funcionamento de 14 hospitais. "Ainda assim, o estado exhibe índices invejáveis em relação ao restante do país, como a menor taxa de mortalidade infantil, a melhor expectativa de vida", observou. Segundo o secretário, discute-se no Congresso Nacional o pro-

jeto de emenda constitucional nº 29, que prevê o aumento nos repasses federais. Se aprovado, Santa Catarina teria um incremento de 100% no orçamento para a saúde, chegando R\$ 124 milhões ainda neste ano.

O desembargador João Henrique Blasi destacou ainda a PEC nº 454, que institui e organiza a carreira de médico de estado. Elaborada com a supervisão do Conselho Federal de Medicina, a emenda prevê que profissionais atuem nas esferas estaduais e municipais sendo, entretanto, custeados pelo governo federal.



Hess: índices invejáveis

## Mobilização da bancada

A reunião culminou com o encaminhamento de uma proposição à bancada da Saúde na Câmara dos Deputados e aos parlamentares federais autores da PEC 454 para que intensifiquem os debates em torno do assunto.

Também será encaminhada uma proposição aos pré-candidatos à Presidência da República para que se engajem na discussão da carreira

médica e se comprometam com a regulamentação da Emenda 29, o que possibilitará um incremento financeiro considerável na saúde pública.

Os 70 participantes do debate também aprovaram a sugestão para que se capilarizem as discussões nas Câmaras de Vereadores do Estado a fim de que a população fique informada do tema.



Profissionais da saúde acompanham reunião no Plenarinho



## GERAL

## Barragem do Rio do Salto



Venzon: benefícios

Na sessão do dia 22, o projeto de implantação da Barragem do Rio do Salto, no Vale do Rio Araranguá, foi defendido pelos deputados Serafim Venzon (PSDB) e Valmir Comin (PP). Venzon frisou que o empreendimento será importante para o abastecimento de água de Turvo, Timbé do Sul, Meleiro e outros, tanto para o consumo humano quanto para a agricultura, e que beneficiará em especial a rizicultura. Comin cobrou a responsabilidade do governo do Estado para a concretização da ação.



Colmin: concretização

## Saúde cobra apoio parlamentar

Servidores clamam pela incorporação de abono a toda categoria e lamentam prejuízos da greve

Servidores estaduais da saúde em greve lotaram nesta semana as galerias do Plenário Osni Régis. No dia 22, Edileuza Garcia Fortuna, presidente do Sindsaúde, subiu à tribuna para pedir o apoio dos deputados para a solução da greve do setor, deflagrada no último dia 16 em reivindicação à incorporação ao salário do abono de 16,76%. Parlamentares das mais diversas legendas políticas tomaram a palavra para denunciar o caos vivido pelo setor.

Entre os casos de maior gravidade estão o Hospital Celso Ramos, em Florianópolis, cujo setor de emergência encontra-se fechado, e o do Hospital Regional de São José, em

que atualmente 2.500 pessoas aguardam na fila de espera para cirurgias ortopédicas. Foram citados também o Hospital Joana de Gusmão, que está com 40 de seus leitos desativados por falta de funcionários e o Instituto de Psiquiatria, com um funcionário para cada 500 pacientes.

Segundo Edileuza, os motivos para que o governo não atenda a solicitação dos grevistas são de ordem política e não técnica. Ela afirma que se as MPs 174 e 178, beneficiando o setor, fossem aprovadas, representariam um gasto de R\$ 39 milhões e atenderiam a apenas 5% dos servidores. Com a incorporação do abono, o gasto seria de R\$ 41 milhões", observou.

Solon Soares



Com faixas, servidores pedem ajuda de deputados na empreitada

Na sessão do dia 23, se manifestaram a favor dos grevistas as deputadas Angela Albino (PCdoB) e Professora Odete de Jesus (PRB) e os deputados Sargento Amauri Soares (PDT), Darci de Matos (DEM) e Dirceu Dresch (PT).

Sargento Soares comparou a situação dos servidores da saúde a dos servidores da segurança pública, que esperam o cumprimento de promessas do governo. "Faz quase um ano que o governo não tem tempo para atender os servidores da saúde e não acena com a possibilidade de uma política salarial correta, decente", salientou. O deputado frisou que enquanto os trabalhadores estão sendo maltratados pelo governo, hospitais estão sendo fechados.

Angela Albino pediu uma participação mais efetiva do Parlamento na negociação com o governo do Estado. "Esta Casa precisa sair do discurso e se sentir corresponsável pela greve da saúde". Darci de Matos fez um apelo ao governador Leonel Pavan para que "não manchasse seus oito meses de governo negando o abono para a categoria".

Odete de Jesus seguiu a mesma linha. A deputada garantiu que vai ser insistente com o secretário de Estado da Saúde para que ele tome providências. Ela citou o fechamento do único hospital de Caçador, onde sequer as mulheres grávidas têm onde ser atendidas.

## PGE, Iprev e SEA contra veto

Servidores vinculados à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), à Secretaria de Estado da Administração (SEA) e à Secretaria da Saúde também ocuparam as galerias da Assembleia Legislativa, nesta semana.

Os funcionários da PGE, do Iprev e da SEA pressionam os deputados pela rejeição do veto do governador do Estado à Medida Provisória 170.

A MP 170, que originalmente fixava o subsídio mensal apenas dos procuradores do Estado, recebeu emenda do deputado Jorginho Mello (PSDB), que estendeu o benefício aos servidores da PGE, da SEA e do Iprev.

A emenda foi vetada pelo governador Leonel Pavan, o que motivou a crítica de diversos parlamentares em plenário. A deputada Ana Paula Lima (PT) disse que a mensagem de veto à MP revela "a ótica de não valorização dos trabalhadores adotada pelo governo Pavan. Precisamos derrubar esse veto", argumentou.

## COMISSÃO

## Finanças aprova parecer preliminar do projeto da LDO

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, na reunião do dia 23, o parecer preliminar ao PL 119/10, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do governo do Estado de 2011. O cronograma da matéria prevê que a votação em Plenário será dia 20 de julho e que o autógrafa deverá ser encaminhado para sanção do governador até o dia 27 do próximo mês.

Na mesma sessão, foi aprovado o Projeto de Lei 110/10, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), que prevê que o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, deverá disponibilizar, gratuitamente, o tratamento básico de profilaxia primária para as

pessoas afetadas por hemofilia na faixa etária de zero a 18 anos. Outro projeto de Matos, PL 541/09, também foi aprovado e obriga a redução de vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais. O PL recebeu emenda supressiva do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que já presidiu a Casan.

O PL 139/10, do deputado Antônio Ceron (DEM), foi aprovado por unanimidade. O texto proíbe a colheita, o transporte e a comercialização de pinhão antes de 1º de abril. O objetivo é evitar a colheita de "pinhas imaturas", prejudicial a toda cadeia produtiva do pinhão. A atividade envolve, hoje, mais de 5 mil famílias no estado, das quais 2 mil se encontram no Planalto

Serrano. Do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), foi aprovado o PL 186/09, que obriga o Estado e as concessionárias das rodovias em Santa Catarina a instalar placas orientando usuários a denunciar motoristas com embriaguez.

Dois Projetos de Lei Complementar (PLC) foram aprovados: o de número 11/10 altera o artigo 8º e o Anexo II da Lei 10.355/97. A alteração cria cargo próprio de provimento efetivo para a Fapesc e foi defendido pelo deputado Pedro Uczai (PT) por sua importância para o incentivo do desenvolvimento científico no estado. Aprovado dia 22 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PLC 31/10, do deputado Serafim Venzon (PSDB),

determina que os beneficiários de bolsas parciais de estudo e pesquisa ficarão responsáveis apenas pelo pagamento da diferença do valor as

mensalidades devidas e o valor da bolsa concedida, independente da data de repasse dos recursos pelo Estado às instituições.

Jonas Lemos Campos



Comissão também dá sinal verde para projeto que protege pinhão



## COMUNIDADE

# Agricultores da AMARP mobilizados

Produtores rurais buscam solução para multas ambientais e pedem adoção de mecanismos educativos

Fotos Solon Soares

Lisandrea Costa

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT), promoveu audiência pública em Lebon Régis, dia 18, para debater o problema das multas ambientais que pesam sobre os agricultores familiares da região abrangida pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp). A audiência contou com a participação de cerca de 150 agricultores familiares, além de representantes da Epagri, da Polícia Ambiental, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e de autoridades regionais, dentre as quais vereadores e vice-prefeitos.

Conforme Dirceu Dresch, a audiência foi realizada para conhecer melhor a realidade e abrir um espaço de discussão sobre as multas ambientais, tema que preocupa bastante os agricultores da região. "Precisamos conhecer a situação para poder atuar junto à Fatma e ao governo do Estado e também em relação ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente", explicou. O deputado defendeu uma mudança na lógica punitiva do Estado para um processo mais educativo e falou sobre a importância de valorizar o agricultor que preserva, citando a criação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, aprovado em lei estadual, que vai remunerar os agricultores pela área preservada.

Já o deputado Reno Caramori (PP) lamentou a ausência do Ibama e da Fatma na audiência. "Quando convidamos os responsáveis é porque queremos resolver o problema, queremos encontrar uma solução." Ele frisou a importância de buscar uma forma de fazer com que o homem do campo permaneça na agricultura e conviva em harmonia com o meio ambiente. Na opinião do parlamentar, a legislação ambiental não pode impedir a atividade do agricultor. "O agricultor precisa fazer roça, precisa de madeira. Tem que viver no campo, mas com dinheiro no bolso, com condição de produzir."

O professor Odair José Demarco, assessor da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, apresentou um relato sobre a realidade fundiária e ambiental dos agricultores da região. Citou diversos casos de agricultores multados pela Polícia Ambiental e pelo Ibama, com valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 38 mil. O corte de vegetação sem



Promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida por Dresch, reunião atraiu mais de 150 agricultores de 15 municípios

autorização dos órgãos ambientais é a principal infração. Segundo Demarco, as multas têm como consequência o agravamento do êxodo rural, a redução da renda, o impedimento de acesso ao crédito e a venda de bens para pagamento das multas. "É um impacto social muito grave para municípios pobres, como é o caso de Lebon Régis, que possui o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Santa Catarina."

Segundo a tenente Luciana Helena dos Santos, responsável pelo 2º Pelotão da Polícia Militar

Ambiental, o valor das penalidades é delimitado pela legislação, conforme a gravidade do crime, mas os policiais sempre autuam os agricultores pelo valor mínimo previsto em lei. Em 2009, foram aplicadas 120 multas na jurisdição do pelotão, que fiscaliza 15 municípios. "A Polícia Ambiental não faz campanha para que o agricultor saia da terra, mas não podemos deixar de cumprir a nossa obrigação. Estamos à disposição para orientar os agricultores em suas práticas, como forma de prevenir os crimes ambientais e as autuações."

## Polícia Civil terá reforço

O representante da Fetraf-Sul, Jandir Seltzer, falou sobre a importância do pagamento pelo serviço ambiental para estimular o agricultor a preservar. Lembrou que as áreas de reserva são fundamentais para a propriedade rural e disse que os agricultores têm consciência disso. Ele citou normativas recentes do Conama que permitem a extração de lenha e de madeira nas propriedades familiares e disse que há divergências em Santa Catarina em relação ao cumprimento dessas normativas pelos órgãos estaduais, por falta de conhecimento.

"Não são os agricultores que degradam o meio ambiente. Os que mais afrontam a legislação ambiental são os grandes proprietários, que nem vivem da terra", argumentou. Seltzer cobrou do governo urgência na implementação da política de pagamento dos

serviços ambientais e defendeu a estruturação de órgãos estaduais como a Epagri e a própria Polícia Ambiental, que podem auxiliar na orientação técnica dos agricultores.

Diversos agricultores falaram sobre as infrações e as multas recebidas, muitas das quais inviabilizam a atividade. Como presidente da Comissão de Meio Ambiente, Dresch comprometeu-se com alguns encaminhamentos retirados na audiência, que envolvem negociações com a Fatma e o Ibama, com o objetivo de fazer valer em Santa Catarina normativas federais recentes, dentre as quais a que possibilita a retirada de lenha da propriedade rural para consumo próprio e o decreto federal que prevê a conversão de multas de baixo valor em prestação de serviços ambientais. Ele frisou que o tema é conflituoso, mas que o diálogo pode trazer avanços.



Produtores tiveram 120 multas impostas pela Polícia Ambiental



Professor Odair apresenta estudo sobre realidade fundiária da região